

**Presentes:**

Membros do Conselho: Adalberto Sabino – CORESAN Paranavaí; Aline Fazan Cioni Guimarães – SEJU; Adriane Leandro – SESA; Alzimara Cabreira Fraga Bacellar – CORESAN Curitiba; Ariane Alves Nunes – CORESAN Francisco Beltrão; Cristielen Rizzon Massaroli – CORESAN Dois Vizinhos; Daniele Martin Sandri – IDR-PR; Elenita Conegero Pastor Manchope – SETI; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Flávia Anastácio de Paula – CORESAN Cascavel; Franciele de Matos Siqueira – CORESAN Irati; Gabriela Magdalena Sartorelli da Silva Margonar – CORESAN Maringá; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Lucimar Souza da Silva – CORESAN Ivaiporã; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Michele Cristina Ribeiro – SEDEF; Murilo Wenzel Luiz – SANEPAR; Patricia Chiconatto – CORESAN Guarapuava; Rosangela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Rosangela Rigoni – CORESAN Ponta Grossa; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Rodrigo Launikas Cupelli – ITAIPU Binacional; Sibila Broetto Duque – CORESAN Umuarama; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana; Tatiani Macarani – SEMIPI; Vanderlei José dos Santos – CORESAN Pato Branco.

Outros Participantes: Ana Lucia Muller; Anatolli Brusamolin – NR Curitiba; Carlos Alberto Ferreira – NR Ivaiporã; Dário Guerrer; Eliane Zanrosso; Ellen Gomes; Ezilda Nunes; Gabriella Mariano; Isabella Cavassin; Jéssica Garcia Romão Zanco; José Antônio Gilio Ferla; Leticia Lopes Koehler; Luis Antônio Alves de M.; Marcelo Antonio; Nair Lúcia Jung – DESAN Londrina; Neide Cordeiro; Loreni de Oliveira – NR Laranjeiras do Sul; Rodrigo Grochoski - CONAB; Rose Ferreira – COOCAFAT; Roselene Sonda – Ministério Público; Ruth Ferreira; Salive Vena.

Justificativa de Ausências:**Pauta:**

1. Abertura com aprovação de pauta e ata;
2. Pesquisa por Amostra de Domicílios do Paraná – IPARDES;
3. Acesso ao PAA para fortalecimento das Cozinhas Solidárias – Superintendência CONAB/PR;
4. Informes DESAN/SEAB; e
5. Relato das Coresans.

1 **Memória:** Dando início à reunião, realizada por meio da plataforma Google Meet, a Presidente do  
2 CONSEA, Roseli Pittner, agradeceu a presença dos participantes e apresentou as pautas a serem  
3 discutidas, com a inclusão da fala da representante do MP, Sra. Lena. Após aprovação da pauta, a  
4 Presidente propôs a aprovação da ata da plenária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Em  
5 seguida, sugeriu a alteração da ordem das pautas para que a conselheira Flávia Anastácio de Paula  
6 apresentasse seu relato sobre o município de Araucária. Segundo a conselheira, servidores de uma  
7 escola municipal constrangeram uma mãe que enviou bolo de cenoura sem glúten para sua filha

8 celíaca, expondo o caso na internet. Diante do ocorrido, o município instituiu uma lei permitindo que  
9 crianças com necessidades alimentares especiais levem seus próprios alimentos à escola, desde que  
10 em conformidade com o cardápio da rede municipal de ensino. Flávia relatou dificuldades técnicas  
11 no planejamento dos cardápios e solicitou à Presidente que o caso fosse discutido no CAE Estadual,  
12 bem como a realização de um levantamento junto aos municípios que enfrentam situação semelhante.  
13 Caso necessário, seria requisitado apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
14 (FNDE). A conselheira também informou que, em 2023, foi solicitada ao FNDE uma formação  
15 voltada às necessidades alimentares especiais, porém não houve retorno dos municípios interessados.  
16 Ainda sobre o caso de Araucária, relatou que a prefeitura publicou uma nota sobre o episódio, que foi  
17 amplamente criticada. A conselheira reiterou a importância de o CAE discutir o caso e mapear os  
18 municípios com situações semelhantes. A Presidente comentou sobre denúncias recebidas de  
19 municípios, ressaltando que o CAE estadual não possui jurisdição sobre os municípios, mas que o  
20 tema poderia ser levado à reunião do respectivo conselho. A conselheira Márcia destacou a  
21 necessidade de articulação com o FNDE para evitar conflitos entre legislações municipais e federais.  
22 A conselheira Jaciara concordou e reforçou a importância de tratar o caso em âmbito federal. O  
23 secretário executivo Valdenir Veloso sugeriu que, após a reunião do CAE, fosse elaborado um ofício  
24 conjunto com o CONSEA estadual para formalizar um documento a ser enviado ao FNDE. Ficou  
25 acordado que a conselheira Flávia encaminhará um relato documentado do caso para a Presidente  
26 Roseli. Na sequência, o coordenador do IPARDES, Marcelo Antônio, foi convidado a apresentar a  
27 pauta referente à Pesquisa por Amostra de Domicílios do Paraná. Agradecendo o convite, Marcelo  
28 explicou que a pesquisa foi iniciada em março de 2025, após apresentação da proposta em plenária  
29 no ano anterior. Foram colhidas sugestões para a elaboração do questionário, que aborda questões  
30 socioeconômicas, incluindo segurança alimentar e nutricional. O coordenador destacou que a última  
31 pesquisa similar, realizada pelo IBGE, está desatualizada, dificultando a identificação precisa dos  
32 domicílios em situação de vulnerabilidade. A pesquisa do IPARDES busca suprir essa lacuna,  
33 permitindo a identificação de regiões do Paraná com domicílios em insegurança alimentar. Ele  
34 informou que a coleta está sendo realizada em 361 municípios, abrangendo 29 regiões, e que os dados  
35 permitirão a construção de indicadores regionais para subsidiar políticas públicas. Após a explanação,  
36 a conselheira Márcia questionou o andamento da pesquisa. Marcelo respondeu que a pesquisa se  
37 encontra no primeiro mês de coleta e apresenta um número “bom” de entrevistas realizadas. Indagada  
38 sobre a previsão de conclusão, informou que os resultados serão entregues até o final do ano, com  
39 apresentação ao CONSEA. A conselheira Flávia questionou se o questionário contempla categorias  
40 relacionadas a necessidades alimentares específicas, ao que Marcelo respondeu negativamente. Ela  
41 sugeriu a inclusão dessa temática em pesquisas futuras. O conselheiro Murilo perguntou se outros  
42 estados já realizaram pesquisas similares. Marcelo afirmou que podem existir iniciativas semelhantes,  
43 mas com metodologias e objetivos distintos, ressaltando o diferencial da abordagem do IPARDES.  
44 Murilo observou que seria interessante comparar resultados entre estados, caso tais pesquisas  
45 existissem. A Presidente Roseli agradeceu a participação do coordenador Marcelo, que então se  
46 despediu dos presentes. Em seguida, a Presidente passou a palavra ao gerente de operações da  
47 CONAB, Rodrigo, para tratar da pauta sobre o fortalecimento das Cozinhas Solidárias. Rodrigo  
48 cumprimentou os participantes e apresentou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com  
49 ênfase nas Cozinhas Solidárias. Explicou a retomada do programa em 2023 e detalhou o projeto  
50 específico para as Cozinhas Solidárias. Rodrigo abordou o papel da CONAB em parceria com o  
51 Governo Federal, detalhou as modalidades do PAA – Compra com Doação Simultânea, Compra  
52 Direta da Agricultura Familiar, Apoio à Formação de Estoques e Compra Institucional – e destacou  
53 a criação, em 2023, da modalidade PAA Cozinha Solidária, com recursos exclusivos do Ministério

54 do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS). Explicou que as Cozinhas Solidárias são geridas  
55 por membros da sociedade civil e apresentou os critérios para seu funcionamento e habilitação junto  
56 à CONAB. Também compartilhou dados referentes ao biênio 2023/2024: Compra com Doação  
57 Simultânea: 77 projetos, totalizando R\$ 29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais); Cozinhas  
58 Solidárias em Curitiba: 2 projetos, R\$ 1.260.000,00 (um milhão, duzentos e sessenta mil reais),  
59 contemplando 13 cozinhas; PAA Sementes: 5 projetos, totalizando R\$ 1.900.000,00 (um milhão,  
60 novecentos mil reais); Compra Direta da Agricultura Familiar: 17 projetos, com investimento de R\$  
61 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais). Rodrigo também explicou o papel dos CONSEAs nos  
62 projetos do PAA, incluindo o recebimento e a distribuição dos alimentos, e realizou uma breve  
63 exposição sobre as perspectivas do programa para 2025, com previsão de investimentos de R\$  
64 900.000,00 (novecentos mil reais) em nível nacional. Foi informado que o estado do Paraná possui  
65 23 Cozinhas Solidárias habilitadas pelo MDS e outras 54 mapeadas, ou seja, em processo de  
66 habilitação. Foi apresentado que, a partir do segundo semestre de 2025, haverá alimentos estocados  
67 na unidade armazenadora da CONAB em Rolândia, destinados especificamente ao atendimento das  
68 Cozinhas Solidárias. Ao final da apresentação, foi aberto o espaço para perguntas. A conselheira  
69 Márcia parabenizou Rodrigo pela apresentação, reiterou a relevância da atuação da CONAB,  
70 responsável por grande parte da execução do PAA, e mencionou uma portaria publicada pelo governo  
71 estadual relativa ao atendimento da população indígena por meio do programa. Comentou, ainda,  
72 sobre a situação do município de Pitanga, sendo complementada pela Presidente Roseli, que relatou  
73 a migração parcial de uma comunidade indígena para o município, encontrando-se em condições  
74 precárias. A Presidente afirmou que o secretário de desenvolvimento social foi informado sobre a  
75 existência de cestas básicas destinadas a essa população, as quais permaneciam estocadas na CONAB.  
76 O convidado explicou que a distribuição mensal de cestas básicas pela CONAB é feita para a FUNAI,  
77 e que a responsabilidade pela definição dos destinos dessas cestas cabe à própria FUNAI. Informou-  
78 se que a situação da falta de distribuição foi encaminhada ao MDS. A Presidente lamentou a postura  
79 inerte da FUNAI diante do problema. Na sequência, a conselheira Kelly compartilhou sua experiência  
80 em Londrina, informando que há apenas três Cozinhas Solidárias habilitadas pelo MDS na cidade,  
81 apesar de existirem muitas outras funcionando de maneira irregular. Questionou se essas cozinhas  
82 não habilitadas poderiam receber alimentos por meio do PAA. O convidado respondeu que o PAA  
83 Cozinhas Solidárias atende exclusivamente cozinhas habilitadas pelo MDS, reforçando a importância  
84 de o Conselho divulgar a possibilidade de habilitação junto a outros municípios. Esclareceu que, por  
85 outro lado, o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea pode contemplar unidades  
86 receptoras autorizadas pelos CONSEAs municipais ou estadual, mesmo que não sejam Cozinhas  
87 Solidárias oficialmente habilitadas. Em seguida, a conselheira Letícia perguntou se uma Cozinha  
88 Solidária de seu município, que acolhe pessoas com dependência química, mas não está habilitada  
89 pelo MDS, poderia ser contemplada pelo PAA Compra com Doação Simultânea. Rodrigo explicou  
90 que, por atender exclusivamente um público específico e não a comunidade como um todo, o local  
91 não se enquadra nos critérios de Cozinha Solidária definidos pelo MDS. No entanto, ressaltou que é  
92 possível o acolhimento ser beneficiado pelo PAA, desde que haja registro no Conselho Municipal de  
93 Assistência Social ou que exista uma declaração de acompanhamento ou indicação por parte do  
94 Conselho de Segurança Alimentar do município, do estado ou da própria CORESAN. Em seguida, a  
95 Presidente agradeceu a participação de Rodrigo e deu início à pauta sobre o IDR-CPRA, convidando  
96 a engenheira agrônoma Sra. Vânia para esclarecer o manifesto do CPRA. A convidada fez uma  
97 apresentação sobre as pesquisas e inovações do IDR-Paraná voltadas à agricultura familiar e à  
98 agroecologia, traçando um panorama das ações desenvolvidas pelo instituto. Foram apresentados  
99 dados de censos realizados nos últimos anos sobre o número de propriedades de agricultura familiar

100 no estado do Paraná, com comparações em relação a outros estados do país. Destacou-se que o Paraná  
101 concentra atualmente 17% do total de propriedades certificadas em nível nacional. A convidada  
102 abordou os requisitos para manter e ampliar o número de produtores inseridos nos sistemas de  
103 produção agroecológica, enfatizando a necessidade de ampliar as pesquisas científicas com foco em  
104 soluções e tecnologias que contribuam para a rentabilidade e permanência desses produtores no  
105 campo. Também foi apresentada uma síntese das principais demandas por tecnologias voltadas à  
106 agricultura familiar e agroecológica no estado. Ressaltou-se, ainda, a importância de investir em  
107 maquinário específico e no uso de energias renováveis, como a energia solar. A convidada mencionou  
108 diversos projetos vinculados à agricultura familiar, além de apresentar dados que embasam essas  
109 iniciativas. Foram citados também projetos previstos para os próximos anos, bem como as instituições  
110 responsáveis por sua execução. Ao final da exposição, reiterou-se que o IDR-Paraná segue  
111 desenvolvendo uma série de pesquisas e ações no campo da agroecologia e da agricultura familiar,  
112 com foco no fortalecimento da assistência técnica e na difusão de conhecimentos nesses setores. A  
113 convidada salientou o compromisso do instituto em manter o credenciamento da estação de pesquisa  
114 voltada à agroecologia e informou que o IDR buscará autorização junto às agências certificadoras  
115 para testar produtos orgânicos e soluções vegetais que ainda não estão autorizados para uso regular.  
116 Também foi apontado um obstáculo relacionado à ausência de políticas públicas eficazes de apoio à  
117 produção dos pequenos agricultores. A Presidente agradeceu pela apresentação e reforçou que os  
118 dados expostos pela convidada estão disponíveis no site do CONSEA Paraná. O conselheiro Murilo  
119 parabenizou a palestrante pela explanação e destacou a relevância da agricultura familiar,  
120 manifestando preocupação com os impactos das mudanças climáticas na produção agrícola. A  
121 doutora Vânia agradeceu ao CONSEA pelo espaço concedido para sua apresentação. Ato contínuo,  
122 o Secretário Executivo Valdenir Veloso Neto atualizou os membros do Conselho sobre a quantidade  
123 de municípios do Paraná que aderiram ao SISAN, sendo 344 municípios com adesão formalizada, 46  
124 sem qualquer adesão e 9 em processo de adesão. Em seguida, a conselheira Márcia apresentou  
125 informes do DESAN/SEAB aos membros do Conselho, iniciando pelos resultados do programa  
126 Compra Direta Paraná. Ela afirmou que todos os municípios do estado serão contemplados,  
127 beneficiando aproximadamente 393.500 pessoas, incluindo 476 unidades do CRAS. Destacou que  
128 houve um número recorde de participação, com 202 organizações envolvidas, das quais 187 deverão  
129 ser contratadas, abrangendo 168 municípios. A conselheira esclareceu que ocorreram alterações nos  
130 critérios de classificação dos beneficiários, com acréscimo de percentual relacionado a agricultores  
131 orgânicos, sendo o desempate definido com base na participação de mulheres e jovens. Informou  
132 ainda que houve ampliação do limite de recursos por agricultor, passando para R\$ 200.000,00  
133 (duzentos mil reais) por ano. Além disso, mencionou uma mudança que determina que a entrega dos  
134 alimentos será feita exclusivamente pelo estado. Também foi alterado o processo de cadastro para  
135 agricultores que atuam apenas como entregadores, com o objetivo de beneficiar instituições atendidas  
136 por um maior número de agricultores fornecedores. Foi apresentada a setORIZAÇÃO das instituições por  
137 município, a fim de observar quais regionais concentram o maior número de agricultores  
138 participantes. A conselheira também apresentou os dados referentes à quantidade de alimentos  
139 entregues em 2024, bem como uma projeção para o ano de 2025. Ressaltou ainda a necessidade de  
140 ampliar a fiscalização sobre as organizações responsáveis pelas entregas. Encerrada a apresentação,  
141 a Presidente abriu espaço para perguntas. A conselheira Jaciara solicitou aos membros do Conselho  
142 que avaliem a possibilidade de encaminhar ao CONSEA Nacional uma demanda para alteração na  
143 questão de valores das compras institucionais, permitindo que municípios que queiram investir  
144 recursos próprios possam realizar ajustes na DAP, usando o município de Marechal Cândido Rondon  
145 como exemplo. A conselheira Márcia respondeu que essa demanda pode sim ser levada ao CONSEA

146 Nacional, e a Presidente Roseli solicitou que Jaciara elaborasse um resumo da situação para que a  
147 Comissão dos Presidentes dos Conselhos Estaduais possa encaminhá-lo. Na sequência, a Presidente  
148 Roseli pediu licença para se ausentar da reunião. Em seguida, a convidada Roselene Sonda, do  
149 Ministério Público do Estado do Paraná, apresentou a pauta relacionada à atualização da planilha do  
150 SISAN quanto à vigência dos planos dos municípios. A convidada solicitou o envio de um formulário  
151 a ser preenchido pelos municípios com o objetivo de atualizar as informações referentes à conferência  
152 dos planos de segurança alimentar e nutricional. Roselene também questionou sobre a possibilidade  
153 de envio da documentação referente às legislações que instituíram os componentes municipais  
154 aderentes ao SISAN. Ela propôs que esses documentos sejam disponibilizados online, tanto para os  
155 membros do Ministério Público quanto para a sociedade civil. O Secretário Executivo Valdenir  
156 esclareceu que está em fase final a elaboração de um ofício circular que será enviado a todos os  
157 municípios, por meio dos núcleos regionais, tratando da adesão ao SISAN. Ele também informou que  
158 é possível disponibilizar os documentos referentes às adesões, mas que esse processo pode ser  
159 demorado devido à limitação de capacidade do servidor e ao fato de que muitos dos documentos ainda  
160 se encontram em formato físico. Diante disso, Roselene sugeriu que uma reunião específica seja  
161 marcada futuramente para discutir o assunto com mais profundidade, sugestão com a qual o Secretário  
162 concordou. Ato contínuo, Valdenir iniciou a pauta relacionada aos relatos das CORESANs,  
163 lembrando que, conforme acordado na última plenária, os municípios trariam relatos sobre as  
164 Cozinhas Solidárias. O Secretário passou a palavra para a conselheira Kelly, que comentou sobre a  
165 dificuldade de monitorar os municípios que aderiram ao SISAN, bem como o acompanhamento dos  
166 respectivos planos. Ela relatou que o município de Londrina está adotando estratégias como a  
167 realização de oficinas para construção dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional, além de  
168 promover reuniões com membros da UEL para efetivar esse acompanhamento. A conselheira  
169 questionou quais medidas o Estado do Paraná pretende adotar para monitorar os demais municípios.  
170 Na sequência, a conselheira Jaciara informou que, no município de Toledo, também estão sendo  
171 realizados treinamentos para os conselheiros dos CONSEAs municipais da regional. Em seguida, ela  
172 relatou ter sofrido retaliações por parte de uma servidora pública de uma escola do município de  
173 Marechal Cândido Rondon, em razão de sua atuação nos eventos da escola conforme as diretrizes do  
174 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O Secretário Executivo afirmou que não  
175 recebeu do CECANE qualquer relato sobre o ocorrido. A conselheira Márcia expressou solidariedade  
176 a Jaciara e ressaltou a importância de conscientizar a sociedade para que situações como essa não se  
177 repitam. O Secretário informou que será elaborado um documento orientativo sobre os aspectos que  
178 devem ser observados nos planos de SAN, e que as prefeituras municipais serão notificadas sobre os  
179 critérios de permanência no SISAN. A convidada Roselene tomou a palavra para solicitar a lista dos  
180 municípios que estão em processo de adesão ao SISAN. O Secretário Executivo afirma que na  
181 próxima reunião plenária, será apresentado um relatório com a presença dos membros do CONSEA  
182 Estadual nas reuniões que ocorreram no último ano, em que membros com grandes quantidades de  
183 faltas serão desligados do Conselho, em acordo com o regimento aprovado em plenária anterior.  
184 Encerradas as pautas, o Secretário Executivo agradeceu a presença dos conselheiros e declarou  
185 encerrada a reunião.

**Subscreve a memória:**

Valdenir B. Veloso NETO  
Secretário Executivo CONSEA/PR  
Agente Técnico Profissional SEAB